

## **Aula 11 - Prof. Fernando Pedrosa**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Legislação - 2025  
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo  
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa  
Lopes, Tulio Lages, Bruno  
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**  
09 de Junho de 2025  
**Manzato Moises**

## Questões de CODJ

1. O Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná estabelece regras específicas sobre o subsídio e as gratificações dos magistrados. Com base nessas regras, assinale a alternativa correta quanto à percepção de gratificações por magistrados no exercício de funções administrativas.

A) A gratificação de direção de Fórum também é devida ao substituto proporcionalmente aos dias de exercício.

B) O Presidente do TJPR percebe 20% de gratificação pelo exercício do cargo, não cumulável com outras vantagens.

C) A gratificação por direção de Fórum é exclusiva para titulares de comarca de entrância final.

D) Os Juízes Diretores de Fórum recebem 15% de gratificação sobre o subsídio, independentemente da entrância.

E) Juízes substitutos nunca percebem gratificação, ainda que acumulem funções jurisdicionais e administrativas.

2. Complete a frase com a alternativa correta:

Nos termos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, o tempo de efetivo exercício da advocacia poderá ser computado para fins de aposentadoria de magistrado, até o limite de \_\_\_\_\_, desde que comprovada a contribuição previdenciária.

A) cinco anos

B) oito anos

C) dez anos

D) quinze anos

E) vinte anos

3. Associe corretamente as situações às disposições do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná:

1. Magistrado que pretende se licenciar por motivo de doença em pessoa da família

2. Juiz substituto deslocado para outra comarca por designação do Presidente do TJPR

3. Magistrado que acumula funções administrativas e judicantes

4. Reversão de magistrado aposentado por invalidez

5. Afastamento por motivo de casamento

(A) Depende de laudo oficial da junta médica

(B) Deve ser instruído com declaração sobre a necessidade de assistência pessoal

(C) Dá direito a gratificação proporcional ao acúmulo

(D) Depende de requerimento e existência de vaga por merecimento

(E) É possível por até oito dias consecutivos, contados do evento

A) 1-B, 2-C, 3-A, 4-D, 5-E

B) 1-A, 2-B, 3-D, 4-C, 5-E

C) 1-C, 2-D, 3-B, 4-A, 5-E

D) 1-B, 2-C, 3-C, 4-D, 5-E

E) 1-D, 2-A, 3-E, 4-B, 5-C

**4.** De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, preencha corretamente a lacuna a seguir:

O magistrado licenciado para tratamento de saúde, após dois anos consecutivos de afastamento, deverá ser submetido a \_\_\_\_\_, conforme determinado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

A) avaliação psicológica

B) sindicância administrativa

C) inspeção de saúde perante junta médica oficial

D) perícia realizada por médicos particulares

E) consulta pública de aptidão funcional

**5.** Conforme o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta sobre os requisitos para concessão de ajuda de custo a magistrado.

A) A ajuda de custo é devida a cada mudança de comarca, independentemente do motivo.

B) A ajuda de custo pode ser adiantada, a critério do Presidente do TJPR.

C) Em caso de permuta entre magistrados, a ajuda de custo será devida uma única vez.

D) A ajuda de custo corresponde a duas vezes o subsídio mensal do magistrado.

E) A ajuda de custo é paga apenas aos magistrados de entrância final.

## Questões de Regimento Interno TJPR

**6.** Considerando a atuação do CEJUSC de 2º grau, assinale a alternativa que descreve corretamente um procedimento previsto no Regimento Interno.

A) As audiências podem ser realizadas apenas de forma presencial, com registro em ata manuscrita.

B) A convocação das partes deve ocorrer exclusivamente por carta com AR.

- C) O Relator pode encaminhar os autos ao CEJUSC por solicitação das partes ou de ofício, se entender viável a autocomposição.
- D) Os acordos celebrados no CEJUSC não precisam ser homologados judicialmente.
- E) A coordenação do CEJUSC é exercida apenas por magistrados aposentados nomeados pelo Nupemec.

**7.** Associe corretamente os órgãos e funções mencionados no Regimento Interno com suas respectivas atribuições:

- 1. Comissão de Obras
- 2. Comissão de Apoio à Saúde
- 3. CEJUSC de 2º Grau
- 4. Comissão de Regimento Interno
- 5. Mesa de Diálogos

- (A) Elaboração de plano de proteção a magistrados
- (B) Realização de audiências para solução consensual em grau recursal
- (C) Parecer sobre licitações e reformas estruturais
- (D) Promoção da saúde física e mental dos servidores
- (E) Atuação em conflitos coletivos com impacto social e político

A) 1-C, 2-D, 3-B, 4-A, 5-E

B) 1-B, 2-C, 3-D, 4-E, 5-A

C) 1-C, 2-D, 3-B, 4-E, 5-A

D) 1-C, 2-D, 3-B, 4-A, 5-E

E) 1-E, 2-B, 3-D, 4-C, 5-A

**8.** Complete a seguinte proposição: A homologação de acordos celebrados no CEJUSC de 2º grau pode ser feita pelo \_\_\_\_\_, e, em sua ausência, pelo \_\_\_\_\_, resultando na extinção do processo com resolução de mérito.

- A) Presidente do TJ; Corregedor-Geral
- B) Relator; Coordenador do CEJUSC
- C) Coordenador do CEJUSC; Coordenador Adjunto
- D) Coordenador do CEJUSC; Presidente do Nupemec
- E) Desembargador mais antigo; Vice-Presidente do TJ

**9.** A respeito das Comissões Permanentes do TJPR, assinale a alternativa que corresponde corretamente à sua composição e funcionamento.

- A) A presidência das comissões é sempre exercida pelo Desembargador mais novo da Corte.

B) A Comissão de Regimento Interno pode deliberar sobre emendas relacionadas à especialização de câmaras.

C) A Comissão de Revisão de Custas e Emolumentos analisa o sistema de cobrança e pode propor alterações regimentais.

D) As comissões têm autonomia para editar suas próprias resoluções com força normativa.

E) Os suplentes do Conselho da Magistratura participam das comissões permanentes com direito a voto.

10. Preencha as lacunas: O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Segundo Grau está vinculado à \_\_\_\_\_ do Tribunal de Justiça e suas audiências de conciliação devem ser realizadas no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias a partir do recebimento dos autos.

A) 2ª Vice-Presidência; 90

B) Presidência; 60

C) 1ª Vice-Presidência; 30

D) Corregedoria-Geral; 45

E) Ouvidoria; 120

## GABARITOS E COMENTÁRIOS

### Questões de CODJ

1. O Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná estabelece regras específicas sobre o subsídio e as gratificações dos magistrados. Com base nessas regras, assinale a alternativa correta quanto à percepção de gratificações por magistrados no exercício de funções administrativas.

A) A gratificação de direção de Fórum também é devida ao substituto proporcionalmente aos dias de exercício.

B) O Presidente do TJPR percebe 20% de gratificação pelo exercício do cargo, não cumulável com outras vantagens.

C) A gratificação por direção de Fórum é exclusiva para titulares de comarca de entrância final.

D) Os Juízes Diretores de Fórum recebem 15% de gratificação sobre o subsídio, independentemente da entrância.

E) Juízes substitutos nunca percebem gratificação, ainda que acumulem funções jurisdicionais e administrativas.

**Gabarito: A**

**Comentários:**

A gratificação de direção de Fórum também pode ser concedida ao juiz substituto que exerça a função de forma transitória, proporcionalmente aos dias em que estiver designado. A lei é clara ao prever essa hipótese, justamente para assegurar a remuneração correspondente às responsabilidades assumidas.

**2. Complete a frase com a alternativa correta:**

Nos termos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, o tempo de efetivo exercício da advocacia poderá ser computado para fins de aposentadoria de magistrado, até o limite de \_\_\_\_\_, desde que comprovada a contribuição previdenciária.

- A) cinco anos
- B) oito anos
- C) dez anos
- D) quinze anos
- E) vinte anos

**Gabarito: D**

**Comentários:**

A norma estadual estabelece o limite máximo de quinze anos de tempo de advocacia computável para fins de aposentadoria e disponibilidade, desde que haja a devida comprovação da contribuição previdenciária.

**3. Associe corretamente as situações às disposições do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná:**

- 1. Magistrado que pretende se licenciar por motivo de doença em pessoa da família
- 2. Juiz substituto deslocado para outra comarca por designação do Presidente do TJPR
- 3. Magistrado que acumula funções administrativas e judicantes
- 4. Reversão de magistrado aposentado por invalidez
- 5. Afastamento por motivo de casamento

- (A) Depende de laudo oficial da junta médica
- (B) Deve ser instruído com declaração sobre a necessidade de assistência pessoal
- (C) Dá direito a gratificação proporcional ao acúmulo
- (D) Depende de requerimento e existência de vaga por merecimento
- (E) É possível por até oito dias consecutivos, contados do evento

A) 1-B, 2-C, 3-A, 4-D, 5-E

B) 1-A, 2-B, 3-D, 4-C, 5-E

C) 1-C, 2-D, 3-B, 4-A, 5-E

D) 1-B, 2-C, 3-C, 4-D, 5-E

E) 1-D, 2-A, 3-E, 4-B, 5-C

**Gabarito:** D

**Comentários:**

As associações seguem as determinações do Código: a licença por doença em pessoa da família exige declaração de necessidade; juízes deslocados podem acumular funções; acumulação dá direito à gratificação; a reversão exige requerimento e vaga por merecimento; e o afastamento por casamento é de até oito dias.

4. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, preencha corretamente a lacuna a seguir:

O magistrado licenciado para tratamento de saúde, após dois anos consecutivos de afastamento, deverá ser submetido a \_\_\_\_\_, conforme determinado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

- A) avaliação psicológica
- B) sindicância administrativa
- C) inspeção de saúde perante junta médica oficial
- D) perícia realizada por médicos particulares
- E) consulta pública de aptidão funcional

**Gabarito:** C

**Comentários:**

A legislação prevê que, após dois anos de afastamento por licença médica, o magistrado deve se submeter à inspeção de saúde perante junta médica oficial, para avaliar sua condição de retorno ou aposentadoria por invalidez.

5. Conforme o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta sobre os requisitos para concessão de ajuda de custo a magistrado.

- A) A ajuda de custo é devida a cada mudança de comarca, independentemente do motivo.
- B) A ajuda de custo pode ser adiantada, a critério do Presidente do TJPR.
- C) Em caso de permuta entre magistrados, a ajuda de custo será devida uma única vez.
- D) A ajuda de custo corresponde a duas vezes o subsídio mensal do magistrado.
- E) A ajuda de custo é paga apenas aos magistrados de entrância final.

**Gabarito:** B

**Comentários:**

A legislação prevê expressamente que a ajuda de custo pode ser adiantada, a critério do Presidente do Tribunal de Justiça, para cobrir despesas de mudança decorrentes de promoção ou remoção, excluindo-se o caso de permuta.

## Questões de Regimento Interno TJPR

6. Considerando a atuação do CEJUSC de 2º grau, assinale a alternativa que descreve corretamente um procedimento previsto no Regimento Interno.

- A) As audiências podem ser realizadas apenas de forma presencial, com registro em ata manuscrita.
- B) A convocação das partes deve ocorrer exclusivamente por carta com AR.
- C) O Relator pode encaminhar os autos ao CEJUSC por solicitação das partes ou de ofício, se entender viável a autocomposição.
- D) Os acordos celebrados no CEJUSC não precisam ser homologados judicialmente.
- E) A coordenação do CEJUSC é exercida apenas por magistrados aposentados nomeados pelo Nupemec.

**Gabarito: C**

### Comentários:

O art. 122, II, do Regimento prevê expressamente que o Relator pode encaminhar o processo ao CEJUSC, inclusive por iniciativa própria, se verificar a possibilidade de acordo.

7. Associe corretamente os órgãos e funções mencionados no Regimento Interno com suas respectivas atribuições:

- 1. Comissão de Obras
- 2. Comissão de Apoio à Saúde
- 3. CEJUSC de 2º Grau
- 4. Comissão de Regimento Interno
- 5. Mesa de Diálogos

- (A) Elaboração de plano de proteção a magistrados
- (B) Realização de audiências para solução consensual em grau recursal
- (C) Parecer sobre licitações e reformas estruturais
- (D) Promoção da saúde física e mental dos servidores
- (E) Atuação em conflitos coletivos com impacto social e político

A) 1-C, 2-D, 3-B, 4-A, 5-E

B) 1-B, 2-C, 3-D, 4-E, 5-A

C) 1-C, 2-D, 3-B, 4-E, 5-A

D) 1-C, 2-D, 3-B, 4-A, 5-E

E) 1-E, 2-B, 3-D, 4-C, 5-A

**Gabarito: A**

### Comentários:



A associação correta baseia-se nas competências específicas atribuídas a cada órgão pelo Regimento Interno. A Comissão de Obras trata de infraestrutura; o CEJUSC, de conciliação; a Comissão de Saúde, de bem-estar institucional; e a Mesa de Diálogos, de conflitos coletivos relevantes.

8. Complete a seguinte proposição: A homologação de acordos celebrados no CEJUSC de 2º grau pode ser feita pelo \_\_\_\_\_, e, em sua ausência, pelo \_\_\_\_\_, resultando na extinção do processo com resolução de mérito.

- A) Presidente do TJ; Corregedor-Geral
- B) Relator; Coordenador do CEJUSC
- C) Coordenador do CEJUSC; Coordenador Adjunto
- D) Coordenador do CEJUSC; Presidente do Nupemec
- E) Desembargador mais antigo; Vice-Presidente do TJ

**Gabarito: C**

**Comentários:**

Segundo o art. 122, VII, e o art. 127, §2º, do Regimento Interno, a homologação cabe ao Magistrado Coordenador e, na sua ausência, ao Coordenador Adjunto.

9. A respeito das Comissões Permanentes do TJPR, assinale a alternativa que corresponde corretamente à sua composição e funcionamento.

- A) A presidência das comissões é sempre exercida pelo Desembargador mais novo da Corte.
- B) A Comissão de Regimento Interno pode deliberar sobre emendas relacionadas à especialização de câmaras.
- C) A Comissão de Revisão de Custas e Emolumentos analisa o sistema de cobrança e pode propor alterações regimentais.
- D) As comissões têm autonomia para editar suas próprias resoluções com força normativa.
- E) Os suplentes do Conselho da Magistratura participam das comissões permanentes com direito a voto.

**Gabarito: C**

**Comentários:**

A alternativa correta é a que se refere à competência da Comissão de Revisão de Custas, prevista expressamente no art. 120, XI. As demais contêm impropriedades quanto à hierarquia normativa ou à composição das comissões.

10. Preencha as lacunas: O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Segundo Grau está vinculado à \_\_\_\_\_ do Tribunal de Justiça e suas audiências de conciliação devem ser realizadas no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias a partir do recebimento dos autos.

- A) 2ª Vice-Presidência; 90
- B) Presidência; 60

C) 1ª Vice-Presidência; 30

D) Corregedoria-Geral; 45

E) Ouvidoria; 120

**Gabarito:** A

**Comentários:**

O CEJUSC de 2º grau está subordinado à 2ª Vice-Presidência e as audiências devem ocorrer em até 90 dias, conforme dispõe o art. 122, IV, do Regimento Interno.

## GABARITOS

1. A	2. D	3. D	4. C	5. B
6. C	7. A	8. C	9. C	10. A

# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.